

... E A GUERRA FEZ A GEOGRAFIA*

Cesare Giuseppe Galvan**

O assunto desta conversação está claramente em contra-ponto com o título do célebre livro de Yves Lacoste. Se, por um lado, era necessária a astúcia de Lacoste para explicar como a geografia serve para fazer a guerra, por outro lado, que a guerra faz a geografia constitui o próprio óbvio ululante: até as crianças sabem, por exemplo, que as guerras deslocam pessoas e limites territoriais, destroem inteiras paisagens e modificam a definição das nações.

No entanto, apesar de óbvio, o tema merece atenção especial nos dias atuais. Nós, herdeiros da segunda guerra mundial, estamos hoje assistindo e participando de transformações profundas, que sacodem exatamente aquele quadro, que a guerra nos deixou por herança. Dedicarei, portanto, a exposição aquela origem e aquela forma, que a geografia mundial foi assumindo a partir da segunda guerra mundial. Além disso, po-

*Aula inaugural do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (09 de março de 1990). Texto recuperado de gravação, revisto e ligeiramente modificado. Não foi, porém, atualizado no que se refere a eventos sucessivos ao dia nove de março de 1990.

**Professor visitante de Mestrado em Geografia da UFSC.

deremos lembrar alguns exemplos de como não somente a guerra, mas a sua simples (?) preparação ou ameaça já imprimem traços marcantes na geografia humana. Neste contexto, mencionarei alguns episódios da "guerra fria".

E como a boca fica torta pelo cachimbo, permitir-me-ei prestar atenção particular aos desenvolvimentos da tecnologia atômica, que a segunda guerra patrocinou e a guerra fria difundiu, agravou, aprofundou. Isto permitir-me-á citar algum detalhe que encontrei em minhas pesquisas recentes sobre a difusão da tecnologia nuclear.

Trata-se de quadro centrado nos países dominantes, a partir das grandes potências e do cenário da segunda guerra. No entanto, este mundo é tão uno e os dominantes... dominam tanto, que grandes e profundas repercussões tiveram lugar também na América Latina. Percorrendo, portanto, as várias etapas, poderemos lembrar alguns aspectos do quadro latino-americano.

1. Na guerra

O assunto diz respeito às conseqüências da guerra. No entanto, bem sabemos que tais conseqüências não esperam o fim das operações militares para aparecer. Por exemplo, o próprio fato de que o mundo estava em guerra provocou um aumento das exportações de materiais radioativos da América Latina para os Estados Unidos, fato consagrado pouco antes do fim das hostilidades na Conferência de Chapultepec (fevereiro-março de 1945), onde se selou o compromisso de exportar minério para as necessidades de guerra. Isto constituiu um precedente importante para a época da guerra fria, quando os Estados Unidos procurarão impor sua política de monopólio atômico ao mundo inteiro.

Mas a guerra causou uma das modificações mais interessantes na própria geografia interna dos Estados Unidos, em seu desenvolvimento regional, longe das linhas de combate. Esta mudança derivou do principal projeto de guerra, o Projeto Manhattan, aquele que construiu a bomba atômica. E atingiu,

entre outras, uma das poucas regiões onde o governo americano tinha iniciado algum programa de desenvolvimento regional: o vale do Tennessee, onde estava instalada a Tennessee Valley Authority (TVA), resultado de uma política ao mesmo tempo energética (exploração hidroelétrica do vale) e regional, visando a promoção de uma região consagrada relativamente subdesenvolvida no quadro nacional americano.

É muito discutível e discutido qual foi o resultado de tal política em termos de promoção regional. Existem estudos, que comparam a TVA com a SUDENE e com a Cassa del Mezzogiorno, italiana. Para nós interessa ver um detalhe, que se relaciona com o Projeto Manhattan. Durante um certo período, David Lilienthal, chefe da TVA, atendeu à solicitação de fornecer uma quantidade muito abundante de energia elétrica, de que a TVA dispunha, para finalidades desconhecidas, bélicas, localizadas em Oak Ridge. Para dar uma idéia do que foi Oak Ridge, lembremos que o estabelecimento industrial principal tinha aproximadamente quatro quilômetros de perímetro. É uma estimativa, naturalmente um tanto grosseira (como sempre o são tais indicadores: não se sabe como medir tais coisas), calculava que aquele empreendimento era equivalente a toda a indústria automobilística americana daquela época. Isto, concentrado no vale do Tennessee, em Oak Ridge.

O que significa isto, como alteração introduzida no panorama regional, é óbvio para qualquer um que alguma vez tenha analisado uma economia regional. Isto serviu como parte do Projeto Manhattan.

A guerra modificou, portanto, sem sequer esperar seu fim, a geografia dos Estados Unidos. Modificou o panorama regional americano de maneira substancial, talvez superior ao impacto produzido pela Tennessee Valley Authority. Este é o capítulo a mencionar. Mas prossigamos, pois as guerras se medem muito mais nas heranças que deixam para depois.

2. A divisão do mundo

Chegamos ao desfecho, ao pós-guerra. Lá, o que temos como resultado é a guerra fria, a divisão do mundo entre as duas partes em que o repartiram os Aliados. Os vencidos eram vencidos: estes eram sobretudo a Alemanha e o Japão. A Itália e os outros, contavam menos: os grandes vencidos eram a Alemanha e o Japão. A consequência mais pesada atingiu a própria Alemanha (que hoje está de novo se apresentando ao mundo como um de seus principais protagonistas): foi aquela separação que corresponde à divisão do mundo atual. O mundo dividido em leste e oeste. A Alemanha foi dividida, oficialmente, em quatro partes: zonas de ocupação soviética, americana, francesa e inglesa. Mas, praticamente, todos sabemos no que resultou aquela divisão: duas partes, dois estados. Por um lado, a zona de ocupação soviética (Alemanha Oriental); por outro, as outras três, compondo a Alemanha Ocidental.

Há um detalhe interessante (para mencionar o que a Alemanha tinha a ver com o progresso atômico durante a segunda guerra mundial): os americanos bombardearam e/ou assaltaram e destruíram diretamente instalações, que se encontravam nas zonas de ocupação dos outros aliados. Os planos de guerra foram desrespeitados, para ter certeza de que todo o pouquíssimo de tecnologia nuclear, que os alemães tinham conseguido estabelecer em seu solo, fosse completamente arrasado antes do fim da guerra.

Depois da guerra temos a Alemanha dividida. Dentro dela, uma cidade que tinha sido capital. Esta continua até hoje não pertencendo nem à Alemanha Ocidental, nem à Oriental, mas tendo os quatro aliados presentes com tropas de ocupação, sendo que a República Democrática Alemã (a oriental) reivindicou Berlim como capital. Só que as tropas não gostaram muito de administrar a vida pública. Tropas são tropas; para a tropa, no estrangeiro é melhor deixar que os civis locais tomem conta da administração pública. Daí veio a divisão entre Berlim Oriental e Berlim Ocidental. O muro, ainda não: este virá depois. Veio a divisão entre a zona de ocupação soviética e

as outras, com mil confusões naturalmente, porque Berlim se situa no coração da Alemanha Oriental. Sabemos (aqueles que se lembram dos noticiários dos anos cinqüenta) com quanta frequência havia alguma crise de Berlim sacudindo de imediato o mundo inteiro. Este detalhe é interessante: outros vencidos foram tratados de forma diferente. Mas o caso profundamente álgido da Alemanha tornou-se um problema tão grande que gerou e interiorizou em um país e até em uma única cidade, as maiores tensões do mundo moderno.

Temos, pois, dentro de um país a fotografia da divisão do mundo. Na conformação geográfica da época há uma espécie de colocação à prova dos dois modelos de sobrevivência do pós-guerra: o modelo social-comunista (que veio a denominar-se de "socialismo real"), e o outro, capitalista. Raramente encontra-se esta tese formulada de forma correta, não puramente descritiva. É muito simples dizer que existe um modelo capitalista no mundo ocidental, centralizado sobretudo no que veio a ser a famosa Trilateral: Estados Unidos, Japão, Europa, com os países "vizinhos", América Latina, grande parte da África, etc. Teríamos que perguntar: que capitalismo é este, tão diferente daquele, que conhecíamos antes da guerra. O mesmo vale para o lado oriental. À parte o maior episódio, que nele incidiu, que foi a revolução chinesa, temos a passagem daquela fase que foi denominada de "socialismo em um só país" (embora o maior país do mundo em superfície), para uma fase que se consolidou no Comecon, ou seja, o mercado comum de várias nações socialistas. Um socialismo, este, imposto em parte pelo resultado da segunda guerra, em parte pela política desenvolvida nos primeiros anos do pós-guerra por partidos que estavam ligados às tropas de ocupação soviética. Ligação, esta, direta ou indireta: por exemplo, no caso da Jugoslávia, suas próprias forças tinham expulsado o inimigo durante a guerra e constituíram, elas mesmas, a origem da instauração de um regime socialista.

Sabemos que este é um mundo dividido em dois "modelos" (uso este termo, embora ele não expresse quase nada, perante o peso desta realidade). Pessoalmente, tive que chegar até

começos dos anos oitenta, quando participei de uma série de debates na UNAM, no México, para esclarecer para mim mesmo o óbvio ululante a este respeito. Este é um mundo em que não se põe à prova o modelo capitalista; nem se põe à prova a proposta socialista ("socialismo real"). O que se põe à prova, o nó mais central deste embate, é a **convivência** desses dois modelos, dos dois modos de organização social.

Por um lado, o capitalismo já tinha demonstrado sua vitalidade, aliás secular. O mesmo vale para o "socialismo real", embora de origem mais recente: a União Soviética, isolada do Ocidente, conseguiu sobreviver à grande crise mundial de 1929 a 1933. A vitalidade de qualquer um dos dois modelos (qualquer que seja o julgamento que façamos deles) tinha sido demonstrada. O que foi colocado à prova a partir da segunda guerra foi a convivência dos dois.

Não foram, pois, dois mundos que surgiram da segunda guerra mundial, um capitalista e outro "comunista"; nem o que foi posto à prova foi o capitalismo de um lado e o comunismo de outro. A prova questionou a validade e vitalidade da convivência e da articulação entre esses "dois mundos" opostos, antagônicos, tratando de afirmar se como estrutura mundial. O mundo afirmava-se como **uno** e como **dividido** ao mesmo tempo.

3. América Latina na situação dividida

Dentro do problema da convivência das duas propostas de sobrevivência, vamos fazer uns pequenos adendos sobre as primeiras situações, quando esta **situação dividida** se formou. Ao mesmo tempo, poderemos perguntar o que isso significou para a América Latina.

Para não escurecer o panorama com um emaranhado de teorias, vamos concentrar-nos em alguns fatos. Todos podem perceber como tais fatos foram importantes dentro do embate em foco.

Os primeiros episódios tiveram lugar a partir do Projeto Manhattan. Os cientistas bem tinham advertido o Presidente Eisenhower e, depois, Truman: cuidado com este brinquedo, porque, se for usado, temos o perigo de gerar uma grande corrida aos armamentos. Alguns cientistas envidaram todos os esforços (inúteis) para evitar que as bombas fossem usadas no Japão. O que aconteceu no Japão, já sabemos. Mas o que aconteceu depois da guerra (localizado agora na América Latina) é menos conhecido: houve duas ameaças nucleares sem ter bombas nucleares.

Uma das rugas que estavam atormentando o mundo americano naquela época era o surgimento de uma liderança como a de Perón. Jovem, bem preparado, de tradição militar ligada a Alemanha, Perón tomou posse pouco depois da guerra. Em 1947, houve eleições no próximo Uruguay. Quem ganhou foi um candidato pró-Perón (embora, propriamente, no Uruguay não houvesse partido peronista, Perón era já tão importante!). O candidato que na campanha se tinha colocado a favor de Perón, ganhou em número de votos. Mas um outro candidato foi levado à presidência, por ter maioria no congresso. Foi, assim, empossado aquele que teve minoria em votos populares. Como, naturalmente, não sou competente em direito constitucional uruguaio, não sei explicar este fato do ponto de vista jurídico. "Só sei que foi assim", como dizia João Grilo, a personagem de Suassuna.

Mas "só sei que foi assim"... que os americanos até gostaram. Enviaram uma delegação a Montevidéu para a posse. Ora, quem é que vai à posse de um presidente eleito? Não conheço a lista, mas sei que para a posse de Collor não estão incluídos aviões americanos de combate no aeroporto militar de Brasília. No entanto, em Montevidéu estiveram aviões da base aérea de Smoku Hill, dos Estados Unidos. Ninguém sabia, exceto os próprios militares americanos, que aqueles aviões não estavam aparelhados para carregar bombas atômicas. Naquele clima de imediato pós-Hiroshima, todos podiam suspeitar que um avião militar americano pudesse carregar uma bomba atômica. Foi uma ameaça atômica sem bomba atômica, quando estas bombas nem sequer existiam: a corrida material aos armamentos não tinha

ainda começado.

Outro episódio análogo (do qual tenho bem menos conhecimento) ocorreu na Guatemala naqueles anos. A corrida aos armamentos foi assim inaugurada na América Latina antes mesmo de começar.

Outro episódio, bem menos ameaçador, envolveu mais de perto o México e o Brasil. Em 1946, nosso conhecimento David Acheson, sem saber nada nem de física atômica nem de bomba atômica, por ser homem de grande carreira administrativa pública foi guindado à presidência da United States Energy Commission. Foi assim o primeiro presidente da comissão atômica americana e foi encarregado de liderar um grupo de estudo, que preparou o famoso relatório Acheson-Lilienthal, contendo a primeira tentativa de dar forma a uma proposta de política mundial de controle sobre a energia atômica. Era a tentativa de responder ao dilema entre o uso bélico e o (ainda teórico) uso pacífico daquela tecnologia.

Por uma espécie de jogo de poker, o relatório se transformou em plano. O nome também mudou: denominou-se de Plano Baruch, porque o presidente Truman achou por bem de contratar Bernard Baruch, uma velha raposa de Wall Street, para apresentá-lo como proposta americana à ONU. Baruch também nada tinha a ver, diretamente, com os problemas do átomo: ele conhecia muito bem a bolsa, seu craque e o que significa ganhar dinheiro nos negócios. Foi convocado para apresentar este Plano nas Nações Unidas.

Na Comissão da ONU participaram um número reduzido de nações. Aí o Brasil e o México entraram em cena, como os dois países latino-americanos, que enviaram representantes a esta Comissão. O México enviou Sandovai Vallarta e o Brasil Álvaro Alberto da Motta e Silva, capitão de mar e guerra, químico, membro da Academia Brasileira de Ciências. Naquela época foi um dos principais líderes que amadureceriam a proposta de um organismo oficial de promoção da ciência e da tecnologia por parte do governo central brasileiro.

Por ocasião desta missão à ONU, percebemos como ocorre a repercussão geográfica da divisão do mundo em duas partes, quando neste mundo se introduz a tecnologia atômica. Havia na proposta americana alguma semente, que levou a formular a seguinte proposta. Primeiro, em sua forma mais radical, todas as jazidas de urânio seriam propriedade da Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas. Em um segundo momento, numa versão mais moderna, a Comissão, se não for proprietária das jazidas, seria proprietária de todos os minérios extraídos. Não era só o urânio, mas todos os minérios radioativos, físséis ou potencialmente geradores de materiais físséis: por exemplo, no Brasil ocorria a famosa areia monazítica rica em tório, que vinha sendo comercializada sobretudo a partir da época da guerra.

É o próprio Álvaro Alberto que conta que um dia se acalorou tanto na defesa da propriedade nacional das minas e dos minérios, que subiu em cima da mesa para discutir. Conseguiu a famosa nota de rodapé no relatório das datilógrafas, na qual se dizia que a tese brasileira era que as minas e os minérios seriam de propriedade nacional. Foi o que ele conseguiu. Contudo, não foram os esforços brasileiros que mudaram o rumo das discussões. Foram os soviéticos, que geraram um impasse, propondo o Plano Gromiko de proibição das armas atômicas. A posição brasileira bem pouco pesou.

Assim podemos perceber como o problema atômico, herança do Projeto Manhattan, se reflete na América Latina. Regis Cabral denomina esta situação de "colonialismo explícito": uma série de operações, nas quais o governo americano exercia de forma manifesta seu poder colonial nesta parte do mundo. Trata-se de uma tese de doutorado defendida faz poucos anos por Regis Cabral na Universidade de Chicago, tratando sobretudo do Brasil e da Argentina.

Com isso chegamos a outro episódio maior desta primeira década: a guerra da Coréia. Onde foi que a política americana — digamos assim — encostou habilmente na parede o governo brasileiro? Pelo que li, não pude encontrar, formulado explicitamente, o famoso dilema: ou átomos, ou soldados. Ou enviam

soldados a Coréia, ou cedem na questão das exportações de materiais radioativos para os Estados Unidos. Acontece, porém, que, somando as entrelinhas e sobretudo os resultados alcançados pelos vários protocolos e pelos tratados dos Estados Unidos com o Brasil naquela época, temos exatamente isto, na prática: ou átomos, ou soldados. Vargas, para evitar o envio de tropas a Coréia, soube habilmente explorar um dilema, que não podia ser colocado na mesa, por ser mais escancarado. Cedeu na questão da exportação dos materiais radioativos. Conta o então chanceler Raul Fernandes, que, no mesmíssimo dia em que cedeu nesta questão, acabava de receber a proposta americana, que levou em seguida ao tratado da cooperação militar.

É de poucos anos antes, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em Petrópolis. Nele se fundaram as bases continentais de colaboração militar (1947). No ano seguinte, em Bogotá, com a institucionalização da OEA, celebrou-se outro tratado, para encontrar soluções pacíficas, exatamente na hora em que forças "desconhecidas" assassinaram o líder radical Gaitan, fato que deu início ao famoso "bogotazo". Este estourou exatamente durante a conferência para a solução pacífica das questões americanas.

Episódios desta natureza indicam como e interrelacionado este mundo e quais são alguns dos interesses envolvidos. Passemos, então, aos meados dos anos cinqüenta.

4. Das crises à "coexistência" e... as crises

Desenha-se, então, o mundo de pós-guerra da Coréia, que é um dos momentos mais marcantes da guerra fria. É aquele processo, que leva a sucessivas crises de Berlim. Uma destas foi a que tinha provocado o engavetamento definitivo da famosa Comissão Atômica das Nações Unidas. Por outro lado, pode-se enumerar a questão de Berlim entre os fatores que levaram à decisão de Truman de construir a bomba "H". Esta foi desenvolvida na primeira metade dos anos cinqüenta, sendo logo seguida pela soviética.

No outro grande feito tecnológico, a URSS precedeu os Estados Unidos, colocando o primeiro satélite no espaço.

Chegamos, assim, com esta tensão geográfica, a uma situação, na qual temos uma fotografia do mundo ao nível estatal nas duas Alemanhás. Temos outra microfotografia na cidade de Berlim. Temos crises periódicas, que levaram os Aliados a fornecerem por avião, durante meses, todo o abastecimento de Berlim Ocidental. Nessa crise, a União Soviética bloqueava a passagem de meios de transporte ocidentais para Berlim.

Todas essas crises desaguaram em que? Os grandes episódios ocorreram na época de Kruchev: primeiro, a revisão anti-estalinista de 1956; depois, quando Kennedy se tornou presidente dos Estados Unidos, o encontro dos dois em Viena. Na frase consagrada este encontro significou a passagem da guerra fria para a coexistência pacífica.

Temos aí o nome correto de toda esta história, a partir de 1945: o problema é o da coexistência pacífica. Que não seja, de fato, sempre pacífica, esta é a questão. Mas a palavra "coexistência pacífica" é a que melhor define todas estas décadas em seu conjunto e que foi utilizada somente a partir deste momento, do encontro Kennedy-Kruchev, quando eles chegaram a decisões famosas, como foi (mais adiante) a "linha vermelha" Washington-Moscou. Tratou-se de iniciativas, que abriram o campo, agora explicitamente, a este experimento: vamos tentar coexistir pacificamente. São dois mundos, são opostos. Vamos tentar coexistir pacificamente. O que estava nas entrelinhas do desenho mundial resultante da segunda guerra foi colocado com todas as letras, até no papel.

Onde entrou, nesta época, a América Latina? Foi nela que ocorreu o principal episódio desta fase. Corrijo: o principal foi o muro de Berlim. É tese consolidada, sustentada pelos próprios autores do muro e não suficientemente confutada pelos ocidentais, que o muro de Berlim foi um ato de coexistência pacífica, quando aquele país estava no centro das tensões mundiais. No centro do centro estava a cidade de Berlim. Tratava-se da coexistência "pacífica" daquilo que não coexiste, não marcha junto. Resultado: separaram fisicamente as duas

partes. Denominaram, assim, o muro de Berlim de "ato de coexistência pacífica". Esta tese continuou, permanentemente, como doutrina oficial da República Democrática Alemã. Naturalmente, isto valeu só até as vésperas dos fatos de 1989. Mas naquela época foi um ato de "coexistência pacífica".

O outro episódio de grande importância foi a crise dos foguetes de Cuba. Pela primeira vez, um país da América Latina declarou-se e organizou-se rumo ao socialismo. Note-se, no caso: esta decisão não resultou da segunda guerra mundial, mas de um processo interno, revolucionário, apoiado até por muitos americanos, em um primeiro momento. O que nos interessa, em particular, dentro deste quadro mundial, é lembrar que bem pouco depois, em 1962, houve a famosa crise dos mísseis, uma crise típica de guerra fria atômica, no meio da tentativa de coexistência pacífica.

Conhecemos o desfecho. Kruchev mandou retirar as bases e os navios; Kennedy suspendeu o bloqueio. Mas aí temos então aquela situação anômala no continente americano: no seu coração, no mar entre a América do Norte e a do Sul, está o símbolo da divisão. É até um dos casos, a respeito dos quais ainda não temos sinais claros de qual será seu caminho futuro. A divisão do mundo penetrou profundamente na América Latina.

5. Tlatelolco não é TNP

A crise de Cuba de 1962 foi tão grave, que um bom número de autores embaralham os dados, chegando a afirmar que foi dela que surgiu a idéia de constituir uma zona desnuclearizada na América Latina. Todos os documentos mostram que já havia várias propostas neste sentido. Já tinham sido colocadas explicitamente na ONU antes da crise de Cuba, em particular pela Costa Rica e pelo México. O que aconteceu foi que, na segunda metade da década de sessenta, os latino-americanos chegaram a formular o Tratado de Tlatelolco (1967). Por ele, os países da região tentam até hoje implementar uma zona latino-americana livre de armas nucleares.

Um ano depois (interessante!) uma proposta **soviético-americana** foi aprovada com poucas modificações e constituiu o Tratado de Não Proliferação (TNP). Neste plano as duas potências dominantes estiveram constantemente de acordo no essencial: qual é a política atômica mundial? Isto está configurado, desde 1968, naquilo que foi denominado de Tratado dos desiguais. Neste tratado internacional era consagrada formalmente, a nível de direito, a desigualdade entre as nações. É interessante, naturalmente, que esta desigualdade não ocorra entre Leste e Oeste, mas entre quem tem e quem não tem bomba atômica, quem tem bomba está sujeito ao Tratado de tal maneira, que pode continuar a ter, sendo tão somente **convidado** a estender-se com os outros para diminuir os arsenais nucleares. Os outros são obrigados a se submeterem aos controles internacionais, pelos quais qualquer ato que fira a pacificidade da tecnologia atômica possa ser descoberto e denunciado à comunidade mundial.

Desta forma, sob o pretexto de evitar uma guerra atômica (sic!), consolida-se outra divisão do mundo, sobreposta e articulada, mas não coincidente com a primeira: a divisão entre os "grandes" e os outros. Bela temática acadêmica (!) para a geografia!

Chegamos assim a finais dos anos sessenta, década em que se consolidaram os dois grandes esforços das superpotências: a política de "coexistência pacífica" e a discriminação no campo atômico. Na separação e na discriminação está baseada ... a unidade mundial. E os resultados? Demos um pulo sobre os anos setenta e boa parte dos oitenta, para chegar a nosso tema atual.

6. O fim do "modelo"

Este modelo, batizado de "coexistência pacífica", hoje acabou. Mostrou que não se autosustenta. Primeiramente, cada um dos dois mundos nele incluídos a força mostrou uma vitalidade diferente da do outro. Nenhum dos dois podia, naturalmente, demonstrar a possibilidade de conviver com o outro: só

os dois juntos o poderiam. Mas os dois mostraram que não podem conviver pacificamente. Poderiam ter rumos, pontos de contato, como o Tratado de Não Proliferação (logo o tratado dos desiguais... introduzindo formalmente a discriminação no direito internacional!). Isto foi demonstrado; mas nunca se demonstrou a possibilidade de construir conjuntamente um mundo, que desde há muito se define como inevitavelmente uno. Uno ele é há muito tempo, porque as junções estavam dadas e estabelecidas e estão sendo aprofundadas cada vez mais. Ora, neste mundo uno, poderá haver espaço para milhões de outros sistemas diferentes convivendo. Mas estes dois não podem conviver pacificamente. Conseguiram conviver meio século ou mais, quase a título de experiência, a partir da primeira guerra mundial. Mas nunca podem conviver pacificamente.

Em 1989, ano que podemos desde já denominar de "histórico", o lado que cedeu (ainda não totalmente: a China é parte essencial deste mundo, portanto não podemos dizer que este sistema cedeu, enquanto não houver mudança substancial na China; além disso, há a Albânia, Cuba, a Coreia do Norte), então o lado que cedeu parcialmente, dentro do denominado socialismo realmente existente", através de um processo revolucionário optou por uma transformação, cujo desenho ainda não está dado. Existe uma versão: estes países vão se tornar capitalistas. É uma versão. Existe outra: este socialismo vai se transformar por dentro e se articular de maneira diferente com o capitalismo. Vamos ver: é um problema do futuro.

No entanto, antes de responder a este tipo de perguntas, voltamos a olhar para a mesma configuração construída nos vários tratados do fim da segunda guerra mundial. Temos no coração do problema, até hoje, mesmo com as novas transformações, a questão alemã. Não é por nada que foram os alemães que tomaram a um certo ponto a liderança deste processo, iniciado pelos soviéticos.

Todos sabemos disso. Façamos, aliás um pequeno parêntese. O processo não foi iniciado por Gorbachov. A mudança vinha nascendo na época de Reagan, quando, durante algum tempo infelizmente muito curto, o presidente da União Soviética se chamava Andropov. Ele iniciou. Não teve tempo de dar o lança-

mento à transformação. Mas a política dele era a política daquela fração do Politburo, da qual veio mais tarde Gorbachov. Esta tentativa interna de transformação era, como diz Gorbachov, uma transformação que vem de cima mas tem que recomeçar de baixo se quiser ter sucesso. De fato, veio de cima, porque é de lá que podia vir. Naquela estrutura não havia outro caminho naquela época: tinham que reconstruir este caminho, para que de baixo se pudesse subir. A transformação começou na presidência de Andropov. Chernenko constituiu uma retomada de velha guarda tipo Breshnev. E com a subida ao poder de Gorbachov ocorreu esta nova situação.

7. E agora, José?

Mas em 1989 a Alemanha quase ultrapassa a União Soviética neste processo. A decisão de derrubar o muro de Berlim eliminou o símbolo e revolucionou a realidade. Com esta decisão, atropalaram em seus planos até mesmo os europeus ocidentais, que estavam preparando sua união para 1992. Agora, o que sabemos da união européia de 1992 pode-se resumir na seguinte frase: certamente dependerá da solução da questão alemã. A única coisa realmente certa é esta, de um ponto de vista positivo.

De um ponto de vista negativo, sabemos que certamente não será da maneira como vinha sendo preparada até então. Este foi um golpe. Não é por nada que era sãbia aquela frase, que guias turísticos de Berlim Oriental impingiam nos turistas: "Aqui estamos no centro do mundo, porque estamos no centro do conflito". Guias turísticos deviam ter extraído a frase de algum manual. Mas ela estava correta: identificava a situação. Paradoxalmente identifica-a ainda agora, porque a solução não está ainda armada; está somente decidida.

Evidentemente aquela abertura, as outras com caráter revolucionário nos diferentes países comunistas e, sobretudo, a grande abertura interna no processo de democratização da União Soviética são o prelúdio ao desconhecido. Realmente, a

fórmula "tornar capitalista este mundo" tem duas características perigosas, além de muitas outras positivas.

Perigosas são, primeiro, pelo fato que esta fórmula não somente pode gerar, mas já gerou profundas ilusões, as quais, por sua vez vão gerar grandes desilusões (a não ser que se tomem medidas muito geniais). Não é tornando-se capitalistas, que estes povos vão resolver seus problemas. Há, sim, algumas questões, que se resolvem de maneira até evidente: por exemplo, com eleições diretas, em suas várias formas. Isto, inclusive, já foi realizado. E uma fórmula, que não tem nada de mágico, mas dentro desta transformação, ela não leva a nada, a não ser àquele conteúdo, que lhe vem sendo dado na transformação de toda a estrutura da sociedade. E como é que se determina tal conteúdo? Não é tão simples, nem está tão claro.

Para perceber o segundo perigo, voltemos ao nosso paradoxo inicial, quando foi fundada, no fim da guerra esta grande divisão do mundo. Vamos conhecer naquela época, ou bem pouco depois, a primeira formulação dos partidos da Alemanha Oriental. É muito significativo. Quando a "coisa" ainda não estava decidida, no programa do partido comunista dirigido por Walter Ulbricht estava escrito o respeito à propriedade privada inclusive dos meios de produção. E estava escrita no programa de União Democrática Cristã a socialização dos meios de produção. Este é um indicador quase tragicômico de como esta interrelação estava extremamente embaralhada e não é fácil encontrar uma fórmula, como a que está sendo impingida pelos jornais ocidentais, uma fórmula que diga simplesmente: "vamos capitalizar a economia". Evidentemente, eles já estão deixando e vão continuar a deixar entrar capital ocidental, para sanear a economia. Isso vai continuar, é parte daquele desenho.

Mas qual é o desenho geral da transformação daquela parte do mundo, que está se transformando, gerando sucessivos impactos para fora? Este desenho não foi ainda formulado e tal indefinição constitui o segundo perigo da nossa fórmula "tornar capitalista este mundo". Na indefinição, a fórmula fica sem aquele conteúdo, que ela aparenta ter.

8. A América Latina e as transformações

Para concluir: nos temos aqui, em casa, de novo, nosso quinhão. Sempre modesto, perante o panorama mundial, como foi nosso quinhão no caso da divisão dos átomos e dos materiais atômicos no pós-guerra, nossa participação na ONU, etc. É, porém, modesto, mas importante.

Temos a questão de Cuba. Qualquer que seja o futuro desta república, que ainda não se decidiu explicitamente por uma "perestroika", o fato é que neste futuro, nestes países, há uma necessidade, que não está sendo atendida.

É a questão geral dos países latino-americanos: sua articulação, sua união, sua cooperação estão ainda longe de alcançar o nível de onde começaram os países europeus a finais da década de quarenta. Em outras palavras, estamos ainda longe de obter aquela articulação que para a Europa foi apenas o prelúdio da primeira constituição de uma comunidade.

Este é o problema principal. O principal não é saber como Cuba vai resolver o seu problema agora, nos próximos anos. Claro que este último vai ser um grande desafio para Cuba. Mas a maior dificuldade não é que Fidel tenha um caráter de ditador, ou que o partido comunista de Cuba continue mantendo a tese do centralismo democrático. Não é esta a principal questão. A dificuldade reside no endereço: Cuba está entre a América Latina e os Estados Unidos. Mais grave: do lado latino-americano, as ligações entre os vários países são poucas, escassas e difíceis de ser incrementadas, qualquer que seja o sistema sócio-econômico e político. Porque, dificuldades análogas existem entre o Brasil, o Chile, a Argentina, a Colômbia, o Uruguay, ...

Estamos longe de constituir e mesmo de construir uma unidade regional latino-americana.

Com isso, creio que chamei à atenção alguns aspectos das conseqüências da segunda grande guerra e da guerra fria. Ou seja daquela "coexistência pacífica", que nunca foi realmente "pacífica", da qual nós estamos tentando hoje ver a conclu-

são. Não sabemos ainda se o momento que vivemos constituirá realmente tal conclusão. Mas tudo indica que as transformações em curso visam a colocar um ponto final a esta tentativa.

Extratos do debate

(Recuperamos, a seguir, os pontos do debate. Como havia dificuldade em captar a voz dos debatedores, suas colocações foram resumidas sob a forma de frases introdutórias a cada tópico)

I - Sobre a questão da unidade latino-americana, suas dificuldades, condições para o Brasil exercer liderança...

Um lado paraxodal, talvez, deste problema é o fato de que a unificação ou não da América Latina não é muito importante dentro do panorama mundial atual. As definições do mundo e as transformações que se anunciam não encontram nas alternativas "união ou não" latino-americanas um corolário de grande importância.

Claro: tudo é interrelacionado, portanto repercute em todas as direções. Mas não tem peso nem de longe comparável, por exemplo, com a questão das duas Alemanhas. Se os políticos alemães forem o que eles não foram nos anos recentes, ou seja, se forem suficientemente geniais (alguns o foram no passado: Adenauer, Brandt, Schmidt!), se tiverem agora suficiente visão, eles vão decidir não digo a sorte do mundo, mas uma parte notável dessa sorte. Para decidir isso, eles não precisam colocar, **para si**, a questão: e a América Latina?

Mas eles precisam colocar-se questões como: e os Estados Unidos?... e a Europa?... e o Japão?... e a União Soviética?... e a China? Isso eles devem perguntar-se na hora de encaminhar a solução para a questão alemã.

Por outro lado (talvez para nossa consolação), neste panorama há muitas outras questões análogas à questão latino-americana, tão desimportantes quanto ela. Por exemplo, a África é pouco importante (será esta uma desgraça?). Este é o

primeiro ponto.

Analisando agora o problema que nos diz respeito, é evidente que alguma conformação do continente **como um todo** seria parte integrante de qualquer saída: qualquer saída tem que passar por lá. Ou então ficamos na situação de quem é meio indefinido e vamos continuar recebendo com maior passividade as repercussões das transformações que ocorrem em outras partes do mundo. Seria algo análogo com a maneira como aceitamos pura e simplesmente nossa condição atual: estamos no bloco ocidental desde a segunda guerra mundial até hoje. De uma forma ou de outra: podemos ser súditos indôceis, evidentemente. A docilidade não é felizmente uma virtude latino-americana. Será, eventualmente, uma qualidade alemã.

Quanto ao Brasil líder. Antes de tudo, o líder está neste caso sujeito a um paradoxo. Líder que seja mesmo líder pode atrapalhar sem ajudar: pode romper os ovos sem frigir. Mas, por outro lado, algum grau de liderança é necessário. O processo mais amadurecido até hoje é o da Europa Ocidental. Aí sempre houve a questão: quem é o líder, a França ou a Alemanha? Mas, no entanto sempre houve alguma liderança. Nunca houve o líder, nunca se decidiu um líder. Mas algum fenômeno do tipo "liderança internacional" sempre aconteceu. Atrapalhou muitíssimo. É conhecido o famoso período de De Gaulle, durante anos, com a política da "cadeira vazia": não saia da Comunidade (mantinha a cadeira), mas não participava (não sentava nela). Isto causou uma crise, cuja solução foi um amadurecimento da própria Comunidade Européia. A contribuição, positiva ou negativa que seja, foi um problema de liderança francesa.

Este problema é extremamente complicado. Evidentemente, uma Alemanha unificada não é pura soma das duas, mas constitui uma potência mais forte que as duas alemanhas de hoje. Então poderia desequilibrar o barco europeu, ao constituir a Alemanha como principal país da Europa Ocidental. Mas será que hoje **esta** Europa Ocidental vai ser tão importante? Mesmo conseguindo a união prevista para 1992, ... será que não surge, a este nível, proposta análoga àquela recente de um general alemão, propondo ultrapassar os dois pactos, da OTAN e de Varsóvia,

ao mesmo tempo? Os dois pactos têm sentido, no fundo, a partir do fato de que um é inimigo do outro. A OTAN, como está, perde sentido, enquanto o Pacto de Varsóvia está se desfazendo. Porque então não fazer uma aliança, que abarque todos, americanos e europeus, numa parceria civil? Tal problemática já indica que também a união européia, por certo, vai ser diferente. Pode ser que por algum tempo ela se consolide como ela é: Europa Ocidental. Mas como vai ela engolir a unificação da Alemanha? O que se desenha a nível de união econômica, comercial, social e política européia, é uma retomada que só pode ser encaminhada a partir da transformação dessas economias como um todo.

Voltando à América Latina, creio que o Brasil constitui um problema análogo, embora com características bem próprias. Por exemplo, ele é mais separado dos outros países latino-americanos do que os outros entre si. Por outro lado, pode sozinho servir quase que de símbolo do que os outros são entre si, pois é um país-continente. O fato lingüístico (de um lado, os que falam castelhano; do outro, os de fala portuguesa) pode servir quase que de simbologia desta situação, e é uma boa simbologia. Claro: não se trata só da língua. Aliás, na Europa ninguém se entende, se cada qual falar sua própria língua, no entanto conseguiram uma unificação muito maior.

Por outro lado, a presença do Brasil como liderança dessa unificação, pode gerar algo semelhante aquilo que apareceu em uma charge do Pasquim alguns anos atrás. Na charge havia uma reunião séria, em que se falava do povo. Dois joãos ninquês, lá em um canto, diziam: "Vamos embora: aqui estão falando de nós". Como é que se vai implantar, depois da história da política outrora liderada pelo Barão do Rio Branco, uma união latino-americana liderada pelo Brasil? Evidentemente, já passaram muitas décadas desde o Barão. Mas aquele tipo de relações não sei até que ponto foi digerido nesses países. Isto significa que a presença brasileira na América Latina conserva-se também na forma de um certo espantalho. Atualmente, é claríssimo que o problema da Alemanha na Europa se coloca também como espantalho. Em situação até certo ponto análogo-

ga, tentaríamos fazer uma união e não saberíamos qual o caminho, o lugar a dar à Bolívia, ao Uruguay, ao Paraguay, às Guyanas: dar-lhes ou, melhor, reconhecer-lhes o papel deles mesmos. Que não ocorra o que sucede às vezes na ONU, onde um país joga o papel do outro. Creio que este problema constitua uma das razões, pelas quais não se avança suficientemente em termos de unificação latino-americana.

II - Sobre o presidente Collor e sua posição mais para as relações com o primeiro mundo.

Em se tratando da palavra de Fernando Collor, já ouvi palavras dele dizendo que vai contribuir para a unificação latino-americana. Então, palavra por palavra, não haveria problema nenhum.

Ora, uma articulação com os países centrais, incluindo um desenvolvimento nosso, econômico-administrativo (muito importante!) para dentro dos países do primeiro mundo, é algo hoje indispensável. Constitui (idealmente) algo parecido com o que aconteceu com o Japão, o qual chegou a fazer concorrência aos Estados Unidos nos Estados Unidos.

Isto já está começando a acontecer com algumas firmas brasileiras. Por exemplo, algumas firmas grandes que trabalham em obras públicas, embora não concorram na Europa com os europeus, concorrem porém com eles na África. Concorrem em tal situação, que há firmas européias retirando-se antes da conclusão da licitação, porque sabem que o brasileiro vai ganhar. São firmas que já se afirmaram na África, no Oriente Médio. Temos exemplos de capacidade empresarial, administrativa e até política, para poder ter este tipo de ligações. Nisto não há óbice à constituição de qualquer coisa que vai ser a América Latina. Aliás: o que é que ela vai ser? Um mercado comum? Ou um outro tipo de união? De cunho mais político, científico-tecnológico, ou cultural? Ou militar (embora esperemos que não)?

Mas as ligações com o primeiro mundo são necessárias para agir em um mundo que sempre foi construído para ser desigual e no qual as desigualdades sempre vão ser inventadas de novo.

Alguma coisa como penetração de firmas brasileiras na Comunidade Européia via Portugal, ou então uma aliança com o Japão, no sentido de interpenetração entre firmas brasileiras e japonesas (talvez "joint ventures"?), isso faz parte da jogada dos dias de hoje.

Estas mesmas dimensões fazem parte, ou não fazem parte, também da união latino-americana, na medida em que este outro esforço for ou não for empreendido. Paradoxalmente, uma das firmas que está (ou se supõe estar) bem preparada para esta jogada de que Collor fala, é uma firma argentina, cujo principal núcleo esta em São Paulo: a Bunge e Born. Uma firma muito bem aparelhada, até mesmo para enfrentar questões políticas.

Não há contradição entre a proposta ligação com o primeiro mundo e a integração regional: isto é, ao contrário, o óbvio ululante. E porque não olhamos mais claramente, por exemplo, a União Soviética? Porque estes laços não são quase que empreendidos agressivamente com o leste europeu? Evidentemente, há uma resposta óbvia: estamos menos preparados. É mais fácil chegar até Portugal, que até a Bulgária. Por outro lado, dentro da transformação atual do mundo, onde está a jogada? Não mereceria um esforço concentrado?

Há um outro capítulo (mencionemos só rapidamente) dentro desse tipo de empreendimentos. Foi sugerido em outros tempos para a tecnologia atômica, mas poderia ser repensado em outros campos muito mais oportunos, como por exemplo a microeletrônica, ou novos materiais: a constituição de um grande (sublinho: grande) centro latino-americano de pesquisa científico-tecnológica. No caso do átomo, já foi discutido e engavetado nos anos cinquenta. Morreu muito miseramente. Havia capacidade: tanto assim, que muitos países da região constituíram centros de pesquisa atômica. E a hipótese é muito simples (embora de extrema dificuldade): juntando-se esses esforços em um centro relativamente maior, devidamente sustentado pelos vários governos, poder-se-ia alcançar um resultado maior. A história do átomo é a do passado. Mas porque não se poderia pensar algo assim no campo mais vasto das tecnologias: fazer

uma "Unicamp" latino-americana? Uma "São Carlos" latino-americana? Poder-se-ia trabalhar em eletrônica, em informática, biotecnologia, etc., coisas para as quais temos até algumas estruturas iniciais, que poderiam ser aproveitadas, e eventualmente expandidas. Afinal todos os nossos países têm uma estrutura acadêmica, na qual se pode encontrar algo respeitável, apesar de todo o sucateamento recente. E todos têm bons institutos de pesquisa (embora poucos).

Naturalmente, tal iniciativa passaria (e deverá passar inevitabilissimamente!) por um estreito intercâmbio com Estados Unidos, Japão, Europa, União Soviética, etc. Nunca vamos ter um tal centro, funcionando bem, sem ter estreitos contatos quotidianos com esses outros países. Vejo a proposta de Collor a respeito do "primeiro" mundo como correta. O problema não está lá: está mais adiante. E indo mais adiante, caso se acertar alguma direção correta, poder-se-á encetar também algum caminho para uma realização latino-americana, continental.

III - Sobre eventual mudança da estratégia militar americana e o fim da guerra fria, com a democratização dos países do leste e a dissolução do Pacto de Varsóvia: os militares procurando outros campos, como o combate às drogas, preparando armas para usar no terceiro mundo, etc. Será que os militares dos Estados Unidos estão tentando mudar o campo de batalha?

Creio que não mudam de batalha, pois o campo mencionado e muito velho, vem pelo menos desde que os Estados Unidos são os Estados Unidos, desde o século passado, perpassando a doutrina Monroe e todas as doutrinas sucessivas. Eles estão agredindo recentemente o campo da droga, como se sabe. É uma boa oportunidade para intervir na América Latina.

Este jornal já li muito tempo atrás. Não vejo, portanto, uma grande mudança de estratégia.

A premissa é que é importante. (Aliás, desculpe por interromper. Permita-me parabenizar por ter empregado uma palavra muito exata: estes países do leste estão se "democratizando". De fato, não estão se "re"democratizando: nunca foram

democracias, com raras exceções. Por exemplo a participação da Alemanha oriental na tentativa democrática alemã de começo do século e, anteriormente, no esforço falido de 1848. Portanto é a primeira democracia aquela que estes países vão conhecer agora. Daí o problema das ilusões e desilusões, que vão ser graves). Voltemos à mudança de estratégia. É uma hipótese: que se assumam campos velhos, conhecidos, embora se possam revestir de aspectos novos, como pode ser o caso da droga; que se entre nesses campos para manter os militares ocupados... Naturalmente, militar sem inimigo (pelo menos teórico) não é mais militar. E como eles existem e funcionam, eles vão funcionar de alguma maneira e vão construir as hipóteses de guerra, de que se fala em geopolítica. De hipótese em hipótese, vai sair o tiro do canhão. Agora, realmente, por estes relativamente pequenos episódios, não temos ainda uma mudança de campo. Se a transformação atual, em vez que uma grande crise, for somente uma farsa, então daqui há alguns anos, olhando para trás, vamos dizer que as transformações acabaram por não ocorrer. Vamos ficar decepcionados nós, todos, orientais e ocidentais. Mas se aquilo que se anuncia como decretação de um fim for levado até o fim, então realmente pode acabar esta situação mundial de pós-guerra. O pós-guerra acabaria na paz. Claro que para as instituições militares este vai ser um problema sério. O fato que dentro destas instituições estejam cozinhando "novas" propostas, vai criar mais uma frente de problemas para estas transformações.

Agora, eles inventaram uma guerrinha na Colômbia, no Peru, na Bolívia, algo assim: estão inventando aquilo que todos leram nos jornais de trinta, quarenta anos atrás, com pequenos retoques. Não é por este caminho que se vai reformular a geoestratégia.

IV - A propósito de democratização. Que tipo de democracia? Como nós a conhecemos aqui? E a democracia econômica, as transformações da atual estrutura produtiva?

Não temos resposta muito clara e explícita. Por outro lado, a resposta a tais indagações está, por enquanto, ainda

desprovida de substância.

O processo formal, correto e honesto, de eleições, esta democracia faz parte da transformação. Formal, correto, honesto e pluripartidário: este processo está colocado na mesa e está sendo praticado.

Mas como vai funcionar esta democracia? O que ela vai fazer? Como e o que ela vai realizar? Por exemplo, podemos considerar a economia soviética altamente centralizada, com grandes realizações, desde a exploração do petróleo até os vôos espaciais, até uma indústria bélica, que está sendo transformada com dificuldade em indústria pacífica. Há determinadas produções que existem e funcionam, bem ou mal. Agora, com a entrada do capital, cujo desenho não foi ainda colocado no papel, isso vai se transformar. Mas as fábricas, as firmas, os "kombinat", essas instituições existem e funcionam. Elas têm problemas, que constituem a repercussão do excessivo centralismo de partido único, que viciou a máquina. Por viciada que esteja, eles são líderes tecnológicos até hoje em alguns ramos, por exemplo, na exploração espacial. De maneira que alguma coisa vai se fazer com aquilo.

É simples dizer que vai chegar a General Motors e compra uma fábrica soviética de foguetes. Toda esta transformação está ainda ao nível de aberturas iniciais. No momento até se encontram em certas revistas umas pautas para os capitalistas: se quiserem investir no leste, terão que fazer contratos de tal ou qual forma, diferente do que se costuma fazer no ocidente. Se aqui José Mindlin quiser comprar uma estatal, sabe o que fazer. Se ele, com a Metal Leve, que já é uma multinacional, quiser se inserir na União Soviética, vai ter que fazer um outro contrato bem diferente para passar a trabalhar lá. É possível, mas o é dentro de um funcionamento diferente. Não é da noite para o dia que se pega aquilo que está funcionando (ainda que mal) e se substitui com algo diverso. Trata-se de estruturas econômicas, da própria vida daquela população. O contrato de trabalho deles (35 horas por semana, já há muitos anos) é um contrato dentro de uma organização produtiva estatal. Se este estado se democratizar, tal estrutura

vai ser alterada por dentro. Como? Não tenho bola de cristal. Mas não vai ser pura e simplesmente Togliattigrad tornando-se uma General Motors. O processo de transformação é outro. Toda a história nos ensina.

Indicações Bibliográficas

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)**. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE A ENERGIA ATÔMICA - Atas das sessões. **Diário do Congresso Nacional (Seção I)**, 1956-1958 (vários números).

CABRAL, Regis. "Ameaças atômicas norte-americanas contra a América Latina: o caso da Argentina, 1947", **Ciência e Cultura**, v. 40, nº 7, (jul. 1988), p.656-658.

GALVAN, Cesare Giuseppe. **Expansão nuclear alemã: Estado, capital, mercado mundial**. Florianópolis e Recife, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina e Centro Josué de Castro, 1988.

_____. **Programas nucleares e integração latino-americana: Não-proliferação de mudança tecnológica**. Recife, Centro Josué de Castro, 1990 (manuscrito).

GOLDSCHMIDT, Bertrand. **Le complexe atomique: Histoire politique de l'énergie nucléaire**. Paris, Fayard, 1980.

GUILHERME, Olympio. **O Brasil e a era atômica**. Livro negro dos acordos de minerais atômicos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos. Rio de Janeiro, Vitória, 1957.

OPANAL. **Vigésimo aniversario del Tratado de Tlatelolco (1967-1987)**. México: OPANAL, 1987.

PRINGLE, Peter; SPIGELMAN, James. **Les barons de l'atome**. Trad. franc. Paris, Seuil, 1982.

VARAS, Augusto (comp.). **Paz, desarme y desarrollo en América Latina**. Buenos Aires, Grupo Editores Latinoamericanos, 1987.